



Consulta pública

relativa aos guias do BCE sobre os processos de autoavaliação da adequação do capital interno e da liquidez interna (ICAAP e ILAAP)

Perguntas frequentes

1 Em que consistem o ICAAP e o ILAAP?

De uma forma sucinta, o processo de autoavaliação da adequação do capital interno (*internal capital adequacy assessment process* – ICAAP) e o processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna (*internal liquidity adequacy assessment process* – ILAAP) são os processos utilizados pelas instituições de crédito para gerir os seus níveis de capital e de liquidez, a fim de garantir que mantêm níveis suficientes de capital e de liquidez numa base permanente. Mais especificamente, o ICAAP, tal como definido no artigo 73.º da diretiva em matéria de requisitos de fundos próprios (*Capital Requirements Directive* – CRD IV), exige que as instituições disponham de estratégias e processos sólidos, efetivos e exaustivos para avaliar e manter numa base permanente os montantes, tipos e distribuição de capital interno que considerem adequados para cobrir a natureza e o nível dos riscos a que estão ou possam vir a estar expostas. O artigo 86.º da CRD IV estabelece disposições semelhantes em relação ao ILAAP.

Por conseguinte, espera-se que as instituições de crédito, no contexto do ICAAP e do ILAAP, procedam à avaliação, quantificação, cobertura e gestão de todos os riscos que possam ter um impacto relevante no capital e na liquidez e que retirem conclusões e assegurem a adequação do capital e da liquidez de uma perspetiva holística num horizonte de médio prazo.

O ICAAP e o ILAAP desempenham um papel fundamental na gestão do risco das instituições de crédito e o Banco Central Europeu (BCE) espera que ambos os processos sejam prudentes e conservadores. Na ótica do BCE, ICAAP e ILAAP sólidos, efetivos e exaustivos envolvem uma avaliação clara dos riscos em termos de, respetivamente, capital e liquidez e implicam processos de governação do risco e de notificação do risco aos níveis superiores da cadeia hierárquica bem estruturados, baseados numa estratégia de risco devidamente pensada e exaustiva, que se traduza num sistema de limites ao risco eficaz.

É reconhecido que bons ICAAP e ILAAP reduzem a incerteza da instituição de crédito e das autoridades de supervisão quanto aos riscos a que a instituição está ou possa vir a estar exposta e proporcionam às autoridades de supervisão um nível acrescido de confiança na capacidade da instituição para prosseguir a atividade,

mantendo uma capitalização adequada, reservas de liquidez e um financiamento estável, bem como gerindo eficazmente os riscos.

2 Qual é o objetivo dos guias?

A experiência de supervisão adquirida no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão (MUS) após dois ciclos de avaliações do ICAAP e do ILAAP no contexto do processo de análise e avaliação para fins de supervisão (*Supervisory Review and Evaluation Process – SREP*) revela que ainda é necessário proceder a melhorias em vários domínios ao nível das instituições de crédito e que alcançar ICAAP e ILAAP adequados requer algum tempo. Os guias sobre o ICAAP e o ILAAP visam proporcionar transparência, ao tornar pública a forma como o BCE interpreta os requisitos decorrentes dos artigos 73.º e 86.º da CRD IV. O objetivo é ajudar as instituições de crédito a reforçarem ainda mais os respetivos ICAAP e ILAAP e promover a utilização de melhores práticas, explicando pormenorizadamente as expectativas do BCE, com vista a garantir uma supervisão mais coerente e eficaz.

3 Qual é a natureza jurídica dos guias – são vinculativos?

Os guias não são juridicamente vinculativos. Não substituem nem se sobrepõem a qualquer requisito regulamentar aplicável. No entanto, retiram das disposições da CRD IV sobre o ICAAP e o ILAAP sete princípios, que serão considerados, designadamente, na avaliação do ICAAP e do ILAAP de cada instituição de crédito como parte do SREP. Esses princípios funcionarão apenas como ponto de partida para as discussões com cada instituição no âmbito do diálogo em matéria de supervisão.

Os guias seguem uma abordagem baseada em princípios, centrada numa seleção de aspetos fundamentais da perspectiva da supervisão e, por conseguinte, não visam fornecer orientações exaustivas sobre todos os aspetos relevantes para um ICAAP e um ILAAP sólidos. O ICAAP e o ILAAP são e permanecerão, em primeira instância, processos internos, adaptados a cada instituição de crédito. A implementação de um ICAAP e um ILAAP adequados às circunstâncias específicas de cada instituição de crédito continua, portanto, a ser da responsabilidade da própria instituição. O BCE avalia o ICAAP e o ILAAP das instituições de crédito caso a caso.

4 Em que medida é que a versão atual dos guias está relacionada com publicações e orientações precedentes sobre esta matéria?

Em janeiro de 2016, o BCE publicou uma carta de Danièle Nouy, Presidente do Conselho de Supervisão, dirigida ao setor bancário sobre as expectativas de supervisão em relação ao ICAAP e ao ILAAP e a recolha de informação

harmonizada no âmbito destes processos (*Supervisory expectations on ICAAP and ILAAP and harmonised information collection on ICAAP and ILAAP*)¹.

O Anexo C da carta, centrado na recolha de informação harmonizada sobre o ICAAP e o ILAAP (*Harmonised collection of information on ICAAP and ILAAP*) proporcionava orientações às instituições de crédito no tocante à informação referente a estes processos que eram incentivadas a apresentar em 2016.

O Anexo C deu lugar a um documento sobre a aplicação técnica das orientações da Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority – EBA*) relativas às informações no âmbito do ICAAP e do ILAAP recolhidas para efeitos do SREP (*Technical implementation of the EBA Guidelines on ICAAP and ILAAP information collected for SREP purposes*), o qual foi enviado às instituições de crédito em 21 de fevereiro de 2017.

Nos anexos A e B à carta publicada em janeiro de 2016, o BCE apresentou as suas expectativas de supervisão em relação ao ICAAP e ao ILAAP, expondo, de um modo geral, a sua perspetiva sobre estes processos importantes. Tratou-se de um primeiro passo decisivo no sentido da convergência nestas áreas, enquadrado no objetivo mais alargado do BCE de assegurar uma supervisão harmonizada e eficaz na área do euro.

Contudo, a experiência de supervisão adquirida em 2016 e 2017 revelou que ainda é necessário proceder a melhorias em vários domínios ao nível das instituições de crédito e que alcançar ICAAP e ILAAP adequados requer algum tempo.

5 Quais serão as próximas etapas com vista a melhorar os guias sobre o ICAAP e o ILAAP?

Em 2017, o BCE iniciou um projeto plurianual, a fim de promover melhorias e elaborar guias abrangentes sobre o ICAAP e o ILAAP dirigidos às instituições significativas².

Como parte do plano plurianual, o BCE procedeu à revisão das expectativas em relação ao ICAAP e ao ILAAP publicadas em 2016. Os guias sobre o ICAAP e o ILAAP³ daí resultantes foram lançados em fevereiro de 2017 com um convite informal à apresentação de comentários, com o objetivo de desenvolver um conjunto mais robusto de expectativas de supervisão e delinear o roteiro seguido pelo BCE. Após uma análise atenta dos comentários apresentados pelas instituições de crédito e a consulta de todas as partes interessadas, o BCE atualizou os dois guias e publicou-os para efeitos de consulta pública. Na sequência dessa consulta, os guias finais serão publicados no sítio do BCE dedicado à supervisão bancária no segundo semestre de 2018 e, com efeitos a partir de 2019, substituirão as expectativas em relação ao ICAAP e ao ILAAP publicadas em 2016.

¹ [Carta](#) sobre as expectativas de supervisão em relação ao ICAAP e ao ILAAP e a recolha de informação harmonizada no âmbito destes processos

² Ver a [carta](#), de 20 de fevereiro de 2017, de Danièle Nouy dirigida aos órgãos de administração das instituições significativas sobre o plano plurianual referente aos guias sobre o ICAAP e o ILAAP.

³ *Ibidem*.

6 Dado existir mais do que uma publicação com orientações sobre o ICAAP e o ILAAP, qual delas é que as instituições de crédito devem seguir?

Presentemente, espera-se que as instituições significativas tenham em consideração as expectativas de supervisão enunciadas nos anexos A e B à carta de Danièle Nouy (*Supervisory expectations on ICAAP* e *Supervisory expectations on ILAAP*) e publicadas em janeiro de 2016, sendo instadas a apresentar a documentação correspondente até 30 de abril de 2018, de acordo com o documento sobre a aplicação técnica das orientações da EBA⁴ relativas às informações no âmbito do ICAAP e do ILAAP recolhidas para efeitos do SREP, enviado às instituições de crédito em fevereiro de 2017. Por outras palavras, não se espera que as instituições de crédito tenham em conta os guias sobre o ICAAP e o ILAAP agora publicados para efeitos de consulta pública no respetivo ICAAP e ILAAP de 2018. Todavia, a partir de 2019, as instituições são incentivadas a ter em consideração as expectativas de supervisão enunciadas nos guias e os supervisores do BCE tê-las-ão em conta na avaliação do ICAAP e do ILAAP das mesmas.

7 As instituições de crédito devem esperar pela versão final dos guias antes de considerarem efetuar ajustamentos nos respetivos ICAAP e ILAAP?

As instituições significativas poderão levar algum tempo a introduzir alterações nos respetivos ICAAP e ILAAP, se decidirem seguir as expectativas de supervisão apresentadas nos guias. As instituições de crédito são encorajadas a fazer face, com a maior celeridade possível, a eventuais lacunas ou deficiências nos seus ICAAP e ILAAP, em diálogo estreito com as respetivas equipas conjuntas de supervisão.

8 Em que medida é que as instituições de crédito e os participantes do setor contribuíram para a definição dos princípios apresentados nos guias?

De um modo geral, o setor participou muito ativamente no convite informal à apresentação de comentários, que teve lugar na primavera de 2017. Aproximadamente 400 comentários foram recebidos, analisados e debatidos a nível interno no BCE. O setor não manifestou uma oposição de princípio aos guias, mas foram solicitadas clarificações adicionais, em particular sobre as duas perspetivas (a perspetiva normativa e a perspetiva económica) e o conceito de informação recíproca a elas associado. Estes aspetos foram agora objeto de clarificação adicional no princípio 3 dos guias: as instituições de crédito serão encorajadas a avaliar a sua capacidade de satisfazer os requisitos de capital

⁴ Consultar as [Orientações relativas às informações no âmbito do ICAAP e do ILAAP recolhidas para efeitos do SREP](#).

e de liquidez para efeitos regulamentares e de supervisão, incluindo em situações de tensão (perspetiva normativa) e a gerir as respetivas posições de capital e de liquidez de uma perspetiva económica, a fim de assegurar que os seus riscos sejam suficientemente cobertos pelo capital interno e pelas reservas internas de liquidez disponíveis (perspetiva económica). Além disso, foi introduzido o conceito de arquitetura do ICAAP e do ILAAP, clarificando as expectativas do BCE no que respeita à interação entre os elementos do ICAAP e do ILAAP e a integração destes processos no quadro de gestão geral da instituição.

9 Qual é a relação dos guias com a legislação nacional e com outras disposições e orientações pertinentes? Que orientações devem ser seguidas pelas instituições de crédito?

Os artigos 73.^o e 86.^o da CRD IV são disposições de harmonização mínima e a sua transposição poderá, portanto, ter sido efetuada de forma diferente nos vários Estados-Membros. Consequentemente, as práticas das instituições de crédito continuam a ser muito heterogéneas.

Existiam diferenças regulamentares e de supervisão entre países da área do euro, por exemplo, no que respeita ao papel geral do ICAAP e do ILAAP na abordagem de supervisão e à respetiva função das perspetivas normativa e económica. O BCE tem, porém, de tratar as instituições de crédito em todos os Estados-Membros participantes de forma equitativa, respeitando simultaneamente o ICAAP e o ILAAP enquanto processos internos dessas instituições e a legislação nacional que implementa as regras relativas a estes processos.

Para o efeito, o BCE, em conjunto com as autoridades nacionais competentes, desenvolveu princípios e expectativas de supervisão em relação ao ICAAP e ao ILAAP, que explicam em mais pormenor a forma como a regulamentação atual e as orientações da EBA são aplicadas pelas autoridades de supervisão a nível do MUS. Estes princípios e expectativas são adotados sem prejuízo da legislação nacional e em conformidade com as orientações da EBA. Contudo, um objetivo importante do BCE é “*assegurar padrões de supervisão elevados*”⁵. Desde a elaboração das expectativas em relação ao ICAAP e ao ILAAP publicadas em 2016, o BCE e as autoridades nacionais competentes têm trabalhado em estreita cooperação no sentido de desenvolver normas e práticas conjuntas de avaliação do ICAAP e do ILAAP. Esta cooperação garantirá que todos os aspetos específicos dos países sejam tidos em conta e que todos os processos de autoavaliação da adequação do capital interno e da liquidez interna serão tratados da mesma forma no conjunto da área do euro.

Para além dos guias sobre o ICAAP e o ILAAP e da legislação da União e nacional aplicável, insta-se as instituições de crédito a terem em conta outros documentos

⁵ Ver a [carta](#), de 27 de janeiro de 2015, de Danièle Nouy aos órgãos de administração das instituições significativas sobre a abordagem aos processos e práticas de supervisão em vigor nos países participantes no MUS.

relevantes sobre o ICAAP e o ILAAP publicados pela EBA e por fóruns internacionais como o Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB) e o Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board* – FSB). As instituições de crédito devem ainda ter em conta todas as recomendações relativas ao ICAAP e ao ILAAP que lhes sejam dirigidas, nomeadamente recomendações resultantes do SREP, incluindo as relacionadas com boa governação, gestão do risco e controlos.

10 Como é que o BCE encorajará as instituições de crédito a ter em consideração os guias sobre o ICAAP e o ILAAP?

De notar que os guias não têm um carácter vinculativo para as instituições de crédito. Contudo, dado que o ICAAP e o ILAAP são considerados de importância crucial para a resiliência das instituições de crédito, o BCE dedica uma parte significativa dos recursos de supervisão à avaliação destes processos, designadamente no âmbito do SREP. Caso sejam identificadas fragilidades, a equipa conjunta de supervisão discuti-las-á com a instituição em causa e considerará a possibilidade de tomar medidas de supervisão no sentido de lhes dar resposta.

11 O ICAAP e o ILAAP das instituições de crédito são processos internos. Por que razão é que o BCE interfere nesses processos internos com a publicação dos guias?

O ICAAP e o ILAAP são e permanecerão, antes de mais, processos internos, continuando a ser da responsabilidade de cada instituição proceder à sua implementação de modo proporcionado e credível. Além disso, é do interesse das instituições de crédito conhecer os seus riscos e geri-los eficazmente para poderem prosseguir a atividade. Na mesma linha, as instituições devem naturalmente estar interessadas numa afetação eficiente do seu capital e liquidez, visto que tal lhes permite otimizar as relações de risco/rendimento a longo prazo. A fim de apoiar e incentivar as instituições de crédito a atuar neste sentido, o BCE considera que se justifica, em certa medida, orientar os seus planos e ambições. Por conseguinte, incluiu esta matéria nas prioridades de supervisão para 2017 e 2018. O ICAAP e o ILAAP são componentes essenciais da gestão do risco para as instituições de crédito e as autoridades de supervisão. Só uma gestão sólida do capital e da liquidez poderá assegurar um setor financeiro saudável e estável.

O BCE comunica princípios gerais e a orientação geral que incentiva as instituições de crédito a seguir, dando-lhes plena flexibilidade, mas também total responsabilidade, no tocante à implementação do ICAAP e do ILAAP de uma forma que seja adequada às suas circunstâncias específicas (de acordo com a natureza, escala e complexidade das atividades das instituições). Os guias proporcionam transparência em relação aos elementos que o BCE terá em consideração, numa base caso a caso, ao avaliar o ICAAP e o ILAAP das instituições de crédito.